

I D E N T I D A D E S R E L I G I O S A S

Portugal e a história do futuro do mundo no pensamento utópico do Padre António Vieira

Vieira, neste processo
de elaboração da
identidade portuguesa,
tenta estabelecer uma
relação analógica
e prefigurativa do povo
português com o povo
de Israel, mas também
como o próprio Cristo
e seu destino.

Com efeito, ser português
e verdadeiro português
é ser luz do mundo:
«porque o ser luz
do mundo nos outros
homens, é só privilégio
da Graça; nos Portugueses
é também obrigação
da natureza».

José Eduardo Franco

CLEPUL
Universidade de Lisboa

«Foi António Vieira quem melhor recebeu e projectou a ideia de império universal, agregando a ela o ser português. Para o jesuíta, ser português implica projectar-se no mundo e viver para o mundo, elevar-se e sublimar-se num sonho de harmonia e paz universais, reinterpretando, à luz de categorias proféticas, a consciência de povo eleito, que encarna as profecias bíblicas sobre o último dos impérios.»

PEDRO CALAFATE¹

Considerações preliminares

Eduardo Lourenço, nos seus diversos textos de radiografia da psicologia mitificante do povo português no que à sua história e identidade dizem respeito, identifica aquilo que funciona, por vezes, como factor de sobrevivência, mas ao mesmo tempo como factor de bloqueio. Trata-se da imagem idealizada de um nosso passado glorioso, a saudade muitas vezes petrificante daquela época mitificada como áurea em que teríamos sido a vanguarda da Europa. Nesta passagem luminosa, escreve assim o ensaísta:

«Sempre fomos um povo de sonhos maiores do que nós. E só por tê-lo sido, mesmo na aberração ou na vertigem, nos consolamos e nos orgulhamos, até ao absurdo, de ser quem

¹ PEDRO CALAFATE, *Portugal como problema (Séculos XVII-XVIII): Da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica*, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público, 2006, p. 61.



JOSÉ EDUARDO FRANCO

somos. Nisto estão conformes Camões, Vieira e Pessoa, que nos oferecem em verso os impérios da realidade, do sonho e da virtualidade. A lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós como uma chama no átrio da nossa alma». ²

O Padre António Vieira, cuja obra é atravessada por aquilo que podemos chamar um esforço de reconfiguração utópica do Portugal missionário, da Europa cristã e do Mundo globalizado, teve um papel grande na tecelagem da ideia de grandeza de Portugal como nação primaz herdeira da Cristandade formada na época medieval. O ideário barroco de superação dos desequilíbrios, das fracturas, dos conflitos que marcavam as sociedades humanas do seu tempo, nomeadamente a conflitualidade violenta que grassava na Europa por motivos de divisões religiosas que afectavam o projecto missionário cristão de harmonização do mundo sob a égide de Cristo, está na base da atribuição a Portugal de um lugar de relevo na condução da história para uma nova Era, em sintonia com a missão da Igreja e do seu poder espiritual sumamente representado no Papa.

A Europa cristã que Vieira sonhava unir e reunir sob o báculo de um só pastor teria que ser necessariamente conduzida pela pequena-grande nação, o novo Israel de Deus, para reformar o Mundo. Donde a alta concessão do estatuto de Luz do Mundo a um povo que ele mesmo seria a sinédoque de todo o apostolado cristão.

Fundamentos e categorizações do pensamento utópico Vieiriano

Começemos por dar a palavra a Vieira que, na petição feita ao Conselho Geral do Santo Ofício, explica em síntese a sua visão da plenitude futura da humanidade:

«Na Igreja de Deus há-de haver um novo estado, felicíssimo e diferente do presente e dos passados, em que no mundo todo não há-de haver outra crença nem outra lei senão a de Cristo, para complemento do qual estado se hão-de converter todos os gentios, e se hão-de reduzir todos os hereges, e se há-de extinguir totalmente a seita de Mafoma, e hão-de aparecer as dez tribos de Israel que estão ocultas em terras incógnitas além do Eufrates, e se hão-de converter todos os Judeus, e hão-de haver neles maiores santos que os da Lei Velha, e mais semelhantes aos da primitiva Igreja, que serão grandes zeladores e pregadores da Lei de Cristo, e que neste tempo em que todo o Mundo estiver reduzido ao conhecimento da nossa Santa Fé Católica, se hão-de consumir o Império de Cristo, e que este é o Quinto Império profetizado por Daniel, e que então há-de haver no Mundo a paz universal prometida pelos Profetas no tempo do Messias, a qual ainda não está cumprida senão incoadadamente, e que no tempo deste Império de Cristo há-de haver no Mundo um só Imperador, a que obedeçam todos os reis e todas as nações do Mundo, o qual há-de ser Vigário de Cristo no temporal, assim como o Sumo Pontífice no espiritual; e que todo esse novo estado da Igreja há-de durar por

² EDUARDO LOURENÇO, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 2004, p. 177.



PORTUGAL E A HISTÓRIA DO FUTURO DO MUNDO NO PENSAMENTO UTÓPICO DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

muitos anos, e que a cabeça deste Império temporal há-de ser Lisboa, e os reis de Portugal os Imperadores supremos, e que neste tempo há-de florescer universalmente a justiça, inocência e santidade em todos os estados»³.

O pensamento utópico de Vieira, consubstanciado na ideia de Quinto Império, insere-se no mar imenso da literatura produzida, com mais intensidade desde o século XVI, para pensar e repensar a identidade portuguesa, através de um processo quadridimensional de mitificação: mitificação das origens do Reino de Portugal; engrandecimento das suas gestas bélicas e das suas viagens marítimas de descobrimento e expansão configurando uma história épica; glorificação da idade de ouro e da nova era da humanidade criada (a era da proto-globalização); e a idealização de um destino grandioso, apoteótico, que cumpriria em plenitude a missão atribuída divinamente a Portugal, missão esta sempre sentida como estando inconclusa.

Homens de letras e de ciências, entre os quais se contam historiadores, poetas, cientistas e matemáticos, engenheiros navais, geógrafos, gramáticos, teólogos e pregadores, formaram a elite pensante que fez a tecelagem cultural de uma ideia de Portugal como «nação superior». Esta nação estaria destinada, desde as suas origens, divinamente estabelecidas a realizar uma missão única no mundo, guiada providencialmente pelos céus.

O carácter distinto, em termos identitários, atribuído a Portugal entre as nações da Cristandade europeia decorre de uma interpretação superlativa das realizações inéditas operadas no decurso da empresa política, económica e religiosa da expansão portuguesa para além das fronteiras europeias. Portugal é entendido, neste processo de mitificação, como luz das nações, farol-vanguarda da Europa cristã, luz do mundo.

Portugal é entendido, de facto, como um país perfilado distintamente pela erudição dos pensadores da identidade portuguesa como Reino Único da História, como a estrela maior das nações da Europa para iluminar o mundo⁴.

Os poetas engrandecem-lhe o império marítimo como o primeiro império da modernidade e o maior de toda a história, superando todos os impérios antigos em dimensão, ciência e diversidade de povos e culturas abrangidas na sua alçada de reunião política⁵. Era o primeiro império verdadeiramente global de sempre, pois abraçava o Oriente e o Ocidente ligando todo o orbe terrestre, império «onde o sol nunca se punha».⁶

Os historiadores, como Fernando Oliveira e depois mormente os historiógrafos alcobacences, ampliam-lhe a antiguidade e longevidade histórica, fazendo remontar a sua historiogénese e sociogénese aos tempos primordiais dos patriarcas da Bíblia⁷. Esses tecelões da história procuravam fazer coincidir a história de Portugal com

³ ANTÓNIO VIEIRA, «Petição ao Conselho Geral da Inquisição», in *Obras Escolhidas*, Prefácio e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa, 1952, Vol. VI, pp. 78-79.

⁴ Cf. MIGUEL REAL, *Portugal: Ser e Representação*, Lisboa, Difel, 1997.

⁵ Cf. ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, «Introdução», in *Os Lusíadas de Luís de Camões*, Porto, Figueirinhas, 1978, pp. 9-48.

⁶ Cf. JORGE NASCIMENTO RODRIGUES e TESSALENO DEVEZAS, *Portugal Pioneiro da Globalização*, Lisboa, Centro Atlântico, 2007.

⁷ Cf. FERNANDO OLIVEIRA, *História de Portugal*, in JOSÉ EDUARDO FRANCO, *O Mito de Portugal: A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*, Lisboa, Roma Editora e Fundação Maria Manuel e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

a proto-história genesíaca dos povos e das nações, conferindo-lhe fundação em direito divino.

Os humanistas, sábios teórico-práticos, fazem da ciência portuguesa a mais avançada, aproveitando o saber de experiência feito, que lhes permitiu rever a ciência antiga⁸.

Os filólogos afinam a Língua Portuguesa e defendem as suas possibilidades de esta ocupar o estatuto que o Latim desempenhava enquanto língua imperial e tornar-se um dos instrumentos fundamentais da tecelagem cultural e comunicacional do império, que viesse a garantir a sua perenidade humana⁹. Os teólogos, pregadores e profetas em casamento íntimo com os historiadores, concentrando muitas vezes estas funções numa mesma pessoa, acentuam o percurso místico da história portuguesa¹⁰ e apontam-lhe um destino utópico, de plenificação da sua missão considerada não concluída¹¹.

O Padre António Vieira surge no século XVII, no tempo crucial da restauração da independência de Portugal, como o sucessor qualificado deste escol de pensadores da ideia da nação. É o homem da hora, que se destaca com a sua hermenêutica profética e assume a função de tecelão da identidade portuguesa, recorrendo às possibilidades do imaginário para reforçar, no plano da psicologia colectiva, a consciência de Portugal enquanto comunidade nacional de destino para superar as graves dificuldades do momento presente e levar a cabo a empresa de defesa da nova afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.

Em certo sentido, Vieira, como grande tecelão da identidade portuguesa, e explorando o seu estatuto de pregador, acaba por operar a síntese da ideia identitária de Portugal elaborada no século anterior, mas direccionando-a agora para a construção mítica da quarta dimensão mitificante da identidade nacional: a visão utópica da missão e da história futura do reino.

As três dimensões estruturantes da identidade nacional portuguesa amplamente mitificadas no século anterior – as origens remotíssimas do reino, as gestas épicas e a idade de ouro que marca a realização da grande missão portuguesa, que ficara incumprida com a perda da independência em 1580 – são reafirmadas e plasmadas para, precisamente, fazerem brotar a quarta dimensão, a da utopia, a da apoteose da história.

O Quinto Império é, pois, a quarta dimensão da identidade nacional mitificada em perspectivação utópica. A elaboração de utopias para legitimar pretensões imperiais foi um dos aspectos mais significativos da Época Moderna europeia em termos político-culturais. Os séculos XVI e XVII foram os séculos da afirmação das nacionalidades europeias, em maré contrária à fragmentação sociopolítica do feudalismo medieval.

⁸ LUÍS FILIPE BARRETO, *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista. Problemas da Cultura dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Quetzal, 1989, *passim*.

⁹ Cf. FERNANDO OLIVEIRA, *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introd. e Notas por M. L. C. Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975; cf. também MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU, *Babel ou a Ruptura do Signo: A Gramática ou os Gramáticos Portugueses do Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

¹⁰ Cf. JOÃO FRANCISCO MARQUES, «A utopia do Quinto Império nos pregadores da Restauração», in «*Quinto Impero*» *attualità del pensiero di Antonio Vieira*, sj, a cura di Pierangelo Catalano, Sassari, ASSLA, 2000, pp. 163-198.

¹¹ Cf. PEDRO CALAFATE (dir.), *História do Pensamento Filosófico em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Caminho, 2001.

No chamado *mercado das nacionalidades*¹² que então se configurou culturalmente, entendido como espaço/ambiente de disputa da afirmação de umas nacionalidades em relação a outras (em concorrência muitas vezes conflitual) em termos de importância e de primazia, ganhou relevo um vector mobilizador desse processo de afirmação: aquilo a que Lucien Febvre chamou «mito do império universal».¹³ Tratava-se, no fundo, da actualização e amplificação agora a uma escala mais globalizante do mito/utopia medieval do Império Cristão (e do Imperador dos Últimos Dias) que sonhava impor-se e estender-se no quadro da luta contra os infiéis e todos os opositores/desconhecedores da fé. Seria a concretização espiritual, mas organizada temporalmente sob uma estrutura sociopolítica que garantisse a totalização universalizante do paradigma social da cristandade.

O passado e o futuro tornam-se, na perspectiva desta ideologia estruturadora da identidade nacional, campos decisivos de estabelecimento de uma geografia do imaginário, de forma a lograr intervir e orientar a política do presente, revelando-se aqui sobejamente, como designa Lucien Febvre, a função social e política da história¹⁴. Esta, mais do que debruçar-se sobre o passado, visa intervir no presente. O mesmo se aplica superlativamente em relação aos utopistas a quem Vieira quis dar o estatuto de *historiadores do futuro*.

Se Donald Kelley designou por «obsessão pelo problema das origens»¹⁵ a preocupação de atribuir origens remotíssimas aos reinos europeus, por parte de muitos historiadores da modernidade, poderíamos com propriedade chamar ao intento intensivo dos profetas/historiadores que atribuíram destinos gloriosos para esses mesmos reinos a *obsessão do futuro*.

¹² É especialmente a partir do século XVI que se desenvolve uma espécie de *mercado europeu* dos imaginários nacionais ou das mitologias nacionais. A partir da historiografia pode-se escarpelizar e distinguir uma tipologia dos mitos das origens das nações que, nessa época, foram delineados com grande envergadura nos círculos culturais da maioria dos países europeus, de que se conhecem exemplos comparativamente interessantes, particularmente na Espanha, na França, na Alemanha, nos Países Baixos, na Hungria e na Rússia. Os estados e os reinos recentes ganham, no dealbar da modernidade, a consciência e a convicção de que têm uma origem muito antiga, inscrita nos primórdios genesiados da humanidade. Assim sendo, configuram uma idade de ouro que distingue em excelência a primeira idade das nações. Neste processo estabelece-se uma dicotomia entre esse passado fulgurante e a história actual. A dicotomia é demarcada pelo optimismo que caracteriza a visão das origens e o pessimismo em face da avaliação das condições do presente. E em todas estas obras historiográficas dos diversos países, a exploração do tema das origens é orientada para fins políticos mais ou menos imediatos. A construção da história é empreendida em vista da apresentação geral do passado dos reinos até à coevidade para sustentar uma ideia de pátria, de povo, de reino e de realza que colocava disciplinas como a Teologia e o Direito ao serviço da História, e a história ao serviço da política. O seu ideal nobilitante do passado nacional funcionava a história na disputa ideológico-nacionalizante da primazia desses reinos em relação aos outros pares da Cristandade, no nosso caso particular especialmente em relação aos outros reinos da comum Península Ibérica. Radicado nessa visão deslumbrada da história passada, esse mesmo imaginário nacional concebe em quase todos os casos uma missão e um destino especial para o respectivo reino e povo, configurando-se culturalmente em utopias ou horizontes grandiosos de realização colectiva. Cf. HINNERK BRUHNS & ANDRÉ BURGUÈRE (orgs.), *Historiographies et Représentations Nationales en Europe* (Table Ronde Internationale, 19 de Junho de 2000), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales – Textos Polycopiados, 2000.

¹³ Lucien Febvre desenvolve esta ideia na obra *Europa: Génese de uma Civilização*, Lisboa, Teorema, 2001.

¹⁴ Lucien Febvre afirma nos seus *Combates pela História*: «Organizar o passado em função do presente: é aquilo a que poderíamos chamar a função social da história». Lucien Febvre, *Combates pela História*, Lisboa, Presença, 1989, p. 258.

¹⁵ DONALD R. KELLY, *Foundations of Modern Historical Scholarship. Language, Law, and History in the French Renaissance*. New York-London, Columbia University Press, 1970, p. 302.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

Em grande medida, o pensamento utópico de Vieira considera a perenidade e a viabilidade de Portugal, enquanto reino e mais ainda enquanto império, uma questão de fé e de esperança. O reino lusitano construiu-se, sobreviveu e restaurou-se – em analogia com a história do Povo Eleito da Antiga Aliança, Israel, que é o povo-metáfora, prefiguração do Povo Português, Povo Eleito da Nova Aliança – numa atitude constante de fé e esperança perante a consciência da sua situação de país frágil e quase sempre em crise.

Esta consciência de crise e de fragilidade – inscrita na genética da condição portuguesa que perigava a sua própria viabilidade futura enquanto povo autónomo – atingiu o seu extremo na experiência de subjugação a um povo estrangeiro, ao vizinho reino de Espanha. Mas foi aí que se revelou mais peremptoriamente a eficácia da fé e da esperança na resistência de Portugal. Escreve, neste sentido, o pregador na sua *História do Futuro*: «É cousa muito digna de notar que nunca antes ao povo de Israel concorreram tantos profetas juntos como antes do cativo de Babilónia e no mesmo cativo [...] A razão deste concurso tão extraordinário de profetas e profecias (nunca antes nem depois visto) foi porque nunca o povo e reino de Judá padeceu tão grande trabalho e calamidade [...] sendo cativos, presos e despojados de seus bens, arrancados da pátria e levados a terras de bárbaros, e lá oprimidos e tratados como escravos em duríssima servidão. Ordenou pois a providência e misericórdia divina que, naquele tempo e estado tão calamitoso, houvesse muitos profetas e muitas profecias [...] para que o povo não desmaiasse com o peso da aflição e, animado com a esperança da liberdade, pudesse com o trabalho do cativo [...] Cantavam-se as profecias ao som das cadeias, e com a brandura deste som os ferros se tornavam menos duros e os corações mais fortes».¹⁶

À semelhança dos profetas do Antigo Testamento, pois, espera que a sua obra profética, a sua *cartografia do futuro*, cumpra a mesma função de oferecer o imprescindível capital de esperança: «nem Portugal nem o Mundo poderá ter outro alívio nem outra consolação maior que a frequente lição e consideração deste livro e das profecias e promessas do futuro que nele se verão escritas. Ao menos não negará Portugal que, no tempo da sua Babilónia e do cativo e opressões, com que tantas vezes se viu tão molestado e apertado, nenhuma outra apelação tinha a sua dor nem outro alívio ou consolação a sua miséria, mais que a lição e interpretação das profecias e a esperança da liberdade e do ano dela, e do termo e fim do cativo que nelas se lia»¹⁷.

Vieira e as suas obras proféticas, nomeadamente a significativamente denominada *História do Futuro* que acabamos de citar, são paradigmáticas desta obsessão teológica como estratégia que recorre aos instrumentos da utopia para legitimar a afirmação presente da nação e garantir-lhe viabilidade futura. Como bem comenta Pedro Calafate, «a importância dos fins, como horizonte de acção humana e particularmente dos Portugueses, condu-lo não à história do passado, mas à história do futuro que se apresenta como via de superação da consciência de crise que o barroco expressa, e superação também do pessimismo antropológico que apresenta em tantos dos seus textos. O futuro em que devemos ter esperança é o do reino de Cristo

¹⁶ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *História do Futuro*, Intr. e notas por Maria Leonor C. Buescu, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 83-84.

¹⁷ *Ibidem*, p. 85.

consumado na terra, um império, que tendo uma expressão política, apresenta sobre ela uma natureza apostólica». ¹⁸

Muitos acusaram a perspectiva utópica de Vieira, é certo, de obsessiva e delirante, usando esta sua atitude profética inflexível para desmerecer esta dimensão da sua obra. Mas em muitos campos, e também neste de forma surpreendente, Vieira preparou a sua defesa em relação aos muitos detractores do seu tempo e da posteridade que nunca deixaram de o acompanhar. ¹⁹

Obsessão e loucura podem caracterizar, de facto, hiper-significativamente a produção e as proclamações utópicas de Vieira, ideário utópico de que nunca desistiu até ao fim da sua vida. Loucura sim, mas uma *loucura necessária*. Trata-se do segundo tipo de loucura que o próprio Vieira define: aquela loucura que está acima da razão, que é muito diferente daquela que está abaixo da razão, na sua visão do mundo como um grande «hospital de loucos». A loucura que está abaixo da razão é a que faz a mesquinhez humana: os vícios e a opressão do homem pelo homem. A loucura que está acima da razão é a que motiva as acções que fazem a grandeza humana. Ambas as loucuras, porém, põem os homens «fora de si» e «deixados de si». Ainda tomando as palavras de Pedro Calafate, «para o jesuíta, era necessário ser “louco” para ter um sonho do tamanho da paz e da harmonia do mundo». E acrescenta mais adiante o mesmo estudioso de Vieira e da nossa cultura nacional, na sua obra *Portugal como Problema*: «Deixar-se, neste contexto, é abandonar a perspectiva de vida criticada mais tarde na *Mensagem* de Pessoa, a existência dos que vivem contentes na sua casa e no seu quintal. Deixar-se é elevar-se acima da mediania, acima do discurso lógico dos prudentes, acima do meio-termo e aspirar pela extremosidade das alturas a que só os santos e os heróis são capazes de se projectar. Ambos eram loucos, os primeiros eram os loucos propriamente loucos, os segundos eram, como dissemos, os santos e os heróis, ou seja, os missionários, os navegadores, os guerreiros, enfim, os que estavam acima da razão». ²⁰ Aliás, como lucidamente escrevia Vieira, «não há grandes feitos sem mistura de doidice».

De facto, hoje cada vez mais os estudiosos de Vieira e de outros utopistas seus contemporâneos têm haurido e procurado compreender aquilo que representou o significado profundo do seu pensamento utópico e, diríamos nós, da sua estratégia utópica, que até há pouco tempo foi factor de desconsideração e até de ridicularização da obra deste mestre da Língua Portuguesa. Não poucos consideraram a produção utópica de Vieira, a que o pregador classifica superlativamente de «Palácios altíssimos» muito acima do nível em que situa os seus sermões na hierarquia de importância, como meras «choupanas» ²¹.

¹⁸ PEDRO CALAFATE, *Portugal como Problema (Séculos XVII-XVIII)*, op. cit., p. 61.

¹⁹ Cf. JOSÉ MOREIRA, *As Contradições do Padre António Vieira*, Rio de Janeiro, 1943; FRANCISCO RODRIGUES, «O P. António Vieira. Contradições e aplausos à luz de documentação inédita», in *Revista de História*, vol. XI, 1922, pp. 81-115; GIL AGROBOM, *As Contradições do Padre António Vieira e Outros Escritos...*, Rio de Janeiro, Alba, 1943.

²⁰ PEDRO CALAFATE, *Portugal como Problema (Séculos XVII-XVIII)*, op. cit., pp. 62-63.

²¹ No ano de 1696, Vieira parece aceitar apelidar de *choupanas* os seus sermões, comparados aos *palácios altíssimos* que pretendia erguer na *Clavis Prophetarum*: «E, estando eu em Lisboa todo aplicado à obra, as forças de Castela e Portugal tiraram-me das mãos, querendo que em lugar de palácios altíssimos me ocupe de fazer choupanas, que são discursos vulgares que até agora se imprimiram.» ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, Coord. e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,

JOSÉ EDUARDO FRANCO

De facto, Vieira intuiu genialmente a importância decisiva dos factores de sobre-compensação psicológica enquanto pano de fundo motivador e horizonte onírico mobilizador em ordem à superação das dificuldades grandes verificadas no tempo presente. Aliás, a sua utopia resulta de uma percepção muito realista das condições sociopolíticas do reino de Portugal. Daí que se entregue a essa loucura necessária, no dizer lapidar de Pedro Calafate, e à utopia como estratégia psicopolítica. Como conclui sagazmente o estudioso Leonel Ribeiro dos Santos: «Vieira estava ciente da importância daquilo a que hoje chamamos os factores psicossociológicos e ideológicos na política e na vida colectiva dos povos. E, assim, o milenarismo universalista e o nacionalismo messiânico que se entrelaçam na sua ideia de Quinto Império e que, à primeira vista, poderiam parecer como ingredientes entre si contraditórios e como manifestações exacerbadas do seu idealismo utópico podem bem antes ser lidas como a prova do seu lúcido e subtil realismo»²².

É, no fundo, aquele factor fonte de utopias, recorde-se, que Ernst Bloch definiu como sendo o «princípio esperança»²³. Em apoio desta perspectiva, Paul Ricoeur, na sua obra *Ideologia e Utopia*, elucida-nos sobre a função positiva das utopias, as quais desempenham um papel terapêutico ao nível das estruturas simbólicas das sociedades, servindo como meios de integração e regeneração social. Assim, Ricoeur entende a utopia «como a representação de um tipo de sonho social, sem ter em conta os primeiros passos reais necessários para o movimento na direcção de uma nova sociedade.»²⁴

Aliás, o próprio Vieira reflecte nos seus sermões sobre a importância daqueles que hoje se designam os factores psicológicos na condução da política e no sucesso dos projectos colectivos. Focando a sua preocupação no esforço de guerra que Portugal estava a levar a cabo contra Espanha para defender a sua independência, pregou no «Sermão pelo Bom sucesso de nossas armas»: «A Alma dos reinos, principalmente

1971, p. 681. Os leitores preferiram, e ainda hoje preferem, os seus sermões. Tais casos de divergência entre o autor e o seu público não são raros na história das letras. A título de exemplo podemos referir Erasmo que, com certeza, sofreria uma grande decepção se soubesse que a sua fama, no século XX, se basearia principalmente na *Laus Stultiae*, que não passava, no seu ponto de vista, de uma brincadeira entre ele e o seu amigo Thomas More.

²² LEONEL RIBEIRO DOS SANTOS, *Melancholia e Apocalipse: Estudos sobre o Pensamento Português e Brasileiro*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 47.

²³ António Vieira é, nesta linha de reflexão, um utópico e um reformador. E a sua fé na sua utopia é tão açambarcadora, tão absolutizante, que chegou ao ponto de se distrair da realidade e viver apenas para a fé no ideal que tinha edificado, até mesmo quando todos deixaram de acreditar na sua esperança. O diagnóstico de Ernst Bloch sobre a psicologia do utopista reformador aplica-se, de certo modo, a Vieira em determinada fase da sua vida: «Contudo, um bom número de reformadores do mundo eram paranóicos ou estavam em vias de o ser, o que se compreende em certa medida. A loucura concebida como relaxamento favorável à irrupção do inconsciente, à possessão pelo inconsciente, manifesta-se igualmente num ainda-não-consciente. A paranóia é frequentemente produtora de projectos e existe, por vezes, entre dois personagens, uma certa reciprocidade de acção. De tal sorte que um talento utopista pode deslizar para a paranóia e mesmo ceder voluntariamente ao delírio.» ERNST BLOCH, *Le Principe Espérance*, Tomo II, Paris, Galilard, 1983, p. 38. Atentemos ao sentido do uso do termo *paranóico* por Ernst Bloch que significa, de acordo com a raiz grega da palavra, aquele que está para além da *noia*, isto é, do uso lógico da razão, se quisermos aquele que está para além da realidade. Por vezes, é certo, como argumenta Umberto Eco, nos seus «Seis Passeios nos Bosques da Ficção», a evidência dos factos não é suficiente para desmentir a ficção ou o romance desenvolvido pelo seu autor. Muitas vezes, a força da ficção apodera-se do criador como uma eloquente realidade, que torna o seu autor crente na sua criação e, mais ainda, na sua eficácia colectiva.

²⁴ PAUL RICOEUR, *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 23.

em seus princípios, é a opinião [...]. A mais perigosa consequência da guerra e a que mais se deve recear nas batalhas é a opinião. Na perda de uma batalha arrisca-se um exército; na perda da opinião arrisca-se um reino»²⁵.

O Quinto Império Vieiriano consubstancia-se teleologicamente com base numa teologia da história soteriológica de matriz cristológica. Trata-se de uma perspectiva teológica que radica e redundando na espiritualidade inaciana de centralidade cristológica, da plenificação, sonhada no quadro do ideário universalista programático do Evangelho. Estamos perante o fim central de toda a actividade missionária: *Consumar o Reino de Cristo na Terra*. Contudo, aqui não já apenas em reino, mas em império, império enquanto reino ampliado à escala global.

É, pois, a utopia vieiriana por excelência uma utopia cristológica, embora incorpore formalmente, em particular, a influência bem patente das utopias pneumatólogicas medievais, nomeadamente os dados da utopia da idade joaquimita do espírito santo, que tanto marcou o pensamento subversivo europeu²⁶.

O Quinto Império é concebido por Vieira radicando-se na longa tradição profética cristã, mas não deixando de recorrer a elementos ante e paracristãos.

A utopia vieiriana edifica-se, pois, à luz de quatro categorias-pilares: a ideia de recuperação, de reformação/aperfeiçoamento, de recriação e de plenificação²⁷. Estas categorias estuturaram a ideia que funda a sua utopia à luz da vertente ideológica de cariz mítico da ciclicidade triádica da história, a chamada *renovatio temporum*. Esta dinâmica cíclica convive internamente na perspectiva da história linear ascendente de matriz judeo-cristã.

A categoria da recuperação articula-se com o desejo mítico de recuperação/regresso da situação genesíaca da humanidade, da harmonia sacionatural do paraíso perdido. A sua teologia profética assume a concepção do mundo como o regresso da humanidade ao seu *Telos* mítico e ideal: «Tal é a História, Portugueses, que vos apresento, e por isso na língua vossa. Se há-de restituir o Mundo à sua primitiva inteireza e natural forma, não se poderá converter um corpo tão grande, sem dor nem sentimento dos seus membros, que estão fora do seu lugar. Alguns gemidos se hão-de ouvir entre vossos aplausos, mas também estes fazem harmonia.»²⁸ Esta recuperação do paradigma harmónico do paraíso interliga-se com uma outra recuperação significativa: a experiência paradigmática, elevada também a foros de mitificação, da Igreja Primitiva e dos primeiros cristãos em termos de exemplaridade da vivência do Evangelho.

Os conceitos de reformação e aperfeiçoamento pela graça salvífica de Cristo redundam a preocupação redentora resultante da consciência de queda, de decadência, de fractura da harmonia na sociedade humana do presente. Esta liga-se directamente à ideia de recriação que em Vieira assume uma dimensão mais funda e mais extensiva.

O pregador considera que os portugueses, enquanto tecelões da modernidade, de uma nova era, operaram com as suas viagens marítimas uma nova criação que re-

²⁵ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, Tomo 2, São Paulo, Hedra, 2001, p. 245.

²⁶ Cf. JOSÉ EDUARDO FRANCO e JOSÉ AUGUSTO MOURÃO, *A influência de Joaquim de Flora na Cultura Portuguesa e Europeia*, Lisboa, Roma Editora, 2005.

²⁷ Cf. JOSÉ EDUARDO FRANCO e JOSÉ MANUEL FERNANDES, *O Mito do Milénio*, Lisboa, Paulinas, 1999.

²⁸ ANTÓNIO VIEIRA, *História do Futuro*, op. cit., p. 89.



JOSÉ EDUARDO FRANCO

velou o mundo ao próprio mundo e lhe deu a consciência da sua global extensão, dando dimensão e amplitude plena à criação divina em termos gnosiológicos e nas suas possibilidades de plenificação do projecto utópico cristão de convívio humano. Antes dos Descobrimentos, «estava todo o Novo Mundo em trevas e às escuras, porque não era conhecido», escrevia Vieira no «Sermão da Epifania», pregado na Capela Real em 1662.

Esta iluminação do mundo acaba por ser o cumprimento de uma promessa divina feita pela boca do profeta Isaías e do evangelista São João, no Apocalipse: a promessa de criar novos céus e nova terra²⁹. As passagens proféticas inspiram Vieira na sua interpretação da modernidade da história construída pelas viagens marítimas portuguesas, construtoras da nova geografia de abrangência planetária, a era da proto-globalização: «Desapareceu a terra antiga, porque a terra dali por diante já não era a que tinha sido, senão outra muito maior, muito mais estendida e dilatada em novas Costas, em novos Cabos, em novas Ilhas, em novas Regiões, em novas Gentes, em novos animais, em novas plantas. Da mesma maneira o Céu também começou a ser outro. Outros astros, outras figuras celestes, outras alturas, outras declinações, outros aspectos, outras influências, outras luzes, outras sombras, e tantas outras coisas todas outras». Conclui o pregador no sentido da renovação e expansão espiritual e evangélica da Igreja, que é a finalidade plenificadora da sua utopia: «E porque toda esta novidade do novo céu, da nova terra, e do novo mar, se ordenava à fundação de outra nova Igreja, esta foi a que logo viu o mesmo evangelista com nome também de nova: *Et vidi civitatem Jerusalem novam descendentem de coelo*. Finalmente, para que ninguém duvidasse de toda esta explicação, considera que a mesma Igreja nova que viria, se havia de compor de «Nações e Reis Gentios, que nela receberiam a luz da Fé, e sujeitariam suas Coroas ao Império de Cristo»³⁰.

Mas o que faz diferente e espectacular, na óptica nacionalizante de Vieira, esta segunda criação do Mundo em comparação com a primeira criação é que Deus não realiza a segunda sozinho, mas sim com a ajuda dos portugueses a quem investe, portanto, do estatuto de co-criadores, ou seja, de um estatuto de algum modo partícipe do poder divino. Destas gestas épicas operadas pelos portugueses infere a sua condição de povo eleito divinamente: «Isto é o que fizeram os primeiros argonautas de Portugal nas suas tão bem afortunadas Conquistas do Novo Mundo, e por isso bem afortunados. Este é o fim para que Deus entre todas as Nações escolheu a nossa com ilustre nome de pura na Fé, e amada pela piedade: estas são as Gentes estranhas e remotas, aonde nos prometeu que havíamos de levar o seu Santíssimo Nome: este é o Império seu, que por nós quis amplificar e em nós estabelecer; e esta é, foi, e será sempre a maior e melhor glória do valor, do zelo, da Religião e Cristandade Portuguesa»³¹.

Brotando directamente desta universal realização evangélica que faz de Portugal o País-Apóstolo-das-Nações – aquele que está no lugar de Deus, enquanto seu mediador e co-criador, de algum modo assumindo, na sua personalidade colectiva en-

²⁹ Is 65, 17: «Porque, eis que eu crio novos céus e nova terra; e não haverá lembrança das coisas passadas, nem mais se recordarão». Ap 21, 1-2: «E vi um novo céu e uma nova terra. Porque já o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe. E eu, João, vi a Santa Cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu marido».

³⁰ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, «Sermão da Epifania», in *Ibidem*, pp. 597-598.

³¹ *Ibidem*, p. 599.



quanto povo, o destino de Cristo – nasce a utopia do Portugal perene destinado a completar a obra começada. Esta destinação utópica consubstancia-se na ideia de Quinto Império, que acaba por ser, no fundo, o abraço de amor total de Deus à humanidade em toda a amplitude do mundo, reunindo todas as raças, línguas e credos numa casa comum, numa harmonia sem precedentes³².

O sentido íntimo da utopia de Vieira é, de facto, soteriológico, ou seja, da realização plena do projecto teológico cristão de redenção do mundo, que se deverá consubstanciar, segundo a escatologia paulina, numa nova criação pelo processo universalizante de evangelização sistemática³³.

Vieira, neste processo de elaboração da identidade portuguesa, tenta estabelecer uma relação analógica e prefigurativa do povo português com o povo de Israel, mas também com o próprio Cristo e seu destino. Portugal é apresentado como uma espécie de Cristo colectivo, eleito por Deus, pregador do Reino, mártir dos homens, triunfante da subjugação da morte. Com efeito, ser português e verdadeiro português é ser luz do mundo: «porque o ser luz do mundo nos outros homens é só privilégio da Graça; nos Portugueses é também obrigação da natureza».

Vieira desenvolve esta tese da condição singular do povo português, tecelão da universalidade expansiva da Fé: «A razão é, porque os outros homens, por instituição divina, têm obrigação de ser Católicos, o Português tem obrigação de ser Católico, e de ser Apostólico; os outros têm a obrigação de crer a Fé, o Português tem a obrigação de a crer, e mais de a propagar». E a razão profunda disto mesmo dá-a o pregador no «Sermão de Santo António», pregado em Roma, na Igreja de Santo António dos Portugueses: «É glória singular do Reino de Portugal, que só ele entre todos os do mundo, foi fundado e instituído por Deus»³⁴. Assenta assim claramente o sentido último da existência de Portugal, o fim espiritual da acção apostólica: «E porquê tudo isto e para quê? Não para fim político, que é comum a todos os reinos e a todas as nações, senão para fim apostólico, que é particular deste Reino, e desta Nação»³⁵.

Metamorfozes da utopia do Quinto Império

Fase portugueseológica da utopia

É no final da década de 50 do século XVII que Vieira redige aquele que vai ser o primeiro documento profético, embora já tenha, segundo alguns autores, começado a gizar outros alguns anos antes. Encantado com os resultados do seu processo de expansão missionária no Brasil e consequentemente dos domínios do reino lusi-

³² Cf. JOSÉ EDUARDO FRANCO, *Teologia e Utopia em António Vieira*, Separata da Lusitania Sacra (Tomo XI), Lisboa, 1999.

³³ «Penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar-se em nós. De facto, a criação foi submetida à vaidade – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até ao presente. E não somente ela. Mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo.» Rm 8, 18-23.

³⁴ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões, op. cit.*, Tomo 1, pp. 280 e 281.

³⁵ *Ibidem*, p. 282.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

tano, escreveu o Padre António Vieira o seu célebre primeiro texto profético: *Esperanças de Portugal – Quinto Império do Mundo*. Este foi enviado em correspondência para o seu amigo André Fernandes, bispo eleito do Japão. Este manuscrito veio dar, poucos anos depois, o grande pretexto ao Tribunal do Santo Ofício para o acusar de desvio da ortodoxia católica.

Nesse texto, não dando por definitiva a morte do primeiro monarca da restauração portuguesa e reinterpretando à letra as profecias de Bandarra, profetiza a ressurreição de D. João IV para realizar as missões teleológicas que lhe estavam destinadas: derrotar o império otomano, reconquistar Jerusalém para o Cristianismo e inaugurar o Quinto Império do Mundo. O Padre António Vieira é um dos mais importantes autores que, no século de Seiscentos, tece, ao lado dos sebastianistas ortodoxos e heterodoxos, a ideia de Portugal como «nação superior». Como bem observa Miguel Real, para sobrecompensar a experiência de perda e incumprimento da fase gloriosa da história portuguesa da época dos Descobrimentos com a anexação a Castela entre 1580 e 1640, prognostica-se uma «nova fase de glória e êxtase», projectando-se Portugal no futuro «como vanguarda do mundo». ³⁶

Na correspondência com aquele bispo manifesta o fundamento da sua fé: as Profecias de Bandarra. A autenticidade das quadras proféticas do Sapateiro de Trancoso é reconhecida por Vieira pelo facto de se terem alegadamente verificado as predições que apontavam o ano 40 para a Restauração de Portugal. Se aquelas foram cumpridas, as outras também o deveriam ser, de acordo com o seu raciocínio silogístico, mas agora mais fundado na emoção utópica do que na razão realista de Vieira.

Apesar de perseguido pelo «Tribunal da Fé», entre outras razões, devido às suas cogitações proféticas, aquele que tinha consagrado a sua vida a propagar o Evangelho continua cada vez mais convicto da sua utopia. Aproveita algumas melhoras da sua saúde para se dedicar, no ano de 1664, em que lhe morre a mãe, à escrita de uma das mais emblemáticas das suas obras proféticas, que deixará inacabada: a *História do Futuro*. Deste projecto de tratado apenas redigiu o «Livro Antepreimeiro», isto é, uma espécie de grande introdução ao que devia ser a explanação longa sobre o que iria ser o futuro do mundo. Amando a sua pátria até à raiz do coração e do pensamento, sonha, e tenta prová-lo com argumentos eruditos, pesquisados em autores cristãos e não cristãos da tradição profética antiga e moderna, que Portugal seria o líder da instauração do Quinto Império.

A utopia do Quinto Império encerrava uma expectativa de instauração de uma idade messiânica de paz, justiça e santidade. Seria uma era de mil anos, como profetizava o Apocalipse, inaugurada pelo último império da História que sucederia aos quatro grandes impérios anteriores, de acordo com a interpretação da profecia patente no segundo capítulo do Livro de Daniel, deduzida do sonho da estátua composta de vários materiais. A partir deste sonho explicado por Daniel – a exegese cristã tradicional, da qual Vieira é herdeiro –, o pregador interpreta a história com base na sucessão de quatro grandes impérios, a saber, como escreve na *História do Futuro*: «**A cabeça de ouro significava o Império dos Assírios, em que Nabucodonosor naquele tempo reinava; e o princípio de todos os impérios, por isso estava representado na cabeça, que é o princípio do corpo, e no ouro, que é o primeiro entre**

³⁶ MIGUEL REAL, *A Morte de Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2008, p. 81 ss.

todos os metais. A prata, que é o segundo metal, significa o Império dos Persas, que foi o segundo depois dos Assírios, e que se seguiu a eles, assim como o peito e braços se seguem à cabeça. O bronze, que é o terceiro metal, significava o Império dos Gregos, que foi o terceiro depois dos Persas e se seguiu depois deles, assim como o ventre se segue depois do peito. O ferro, finalmente, que é o quarto metal, significava o Império dos Romanos, que foi e é o quarto Império, que se sucedeu aos três primeiros, e assim como as pernas e pés são a última parte do corpo humano [...]».³⁷

Então surgiria, na sequência desta sucessão de impérios terrenos, um quinto império, de carácter divino: «O Reino dos Santos do Altíssimo», de acordo com Daniel. Aqui está o fundamento bíblico basilar da teoria do Quinto Império que mobilizou as melhores energias e qualidades do génio do Padre António Vieira: a elaboração de uma obra profética que concedia a Portugal o privilégio da eleição para a realização desta profecia, que adviria do processo já iniciado nos dois séculos anteriores pelos Descobrimentos e que deveria agora ser concluído em plenitude: universalizar o Cristianismo. Este era o sentido da existência histórica de Portugal enquanto reino e enquanto povo protegido pelos céus e constituído matricialmente por Deus, para ser *Lux Mundi* («Luz do Mundo»). Defendeu este estatuto de reino fundador do Quinto Império para o seu país, concorrendo e disputando argumentativamente esta prerrogativa contra outros reinos da cristandade, nomeadamente Espanha, que advogava também para si esta eleição divina.

Quando Vieira escrevia estas elucubrações proféticas, estava quase a eclodir o muito esperado ano de 1666. Um novo surto messiânico tinha invadido não só Portugal, mas também a Europa inteira. No estrangeiro, sobretudo entre os judeus, excitavam-se as esperanças antigas. Esperavam a Vinda do Messias e o seu triunfo naquele que apelidavam de *annus mirabilis*. Por seu lado, em ambiente cristão circulavam as profecias sobre a destruição de Roma e comentava-se abundantemente Nostradamus. O tempo era, pois, de inquietação, de que Vieira dá conta na sua correspondência de 1665: «Aqui chegaram agora uns padres de Itália, e dizem que para o ano que vem se esperam lá grandes mudanças no mundo.»³⁸

No nosso país persistiam pelo menos três correntes messiânicas distintas. A primeira era a dos judeus e dos cristãos-novos, que esperavam a chegada do Messias para aquele ano, em consonância com os seus correligionários europeus. Outra era a dos sebastianistas ortodoxos, que anunciavam para 1666 o retorno de D. Sebastião. E ainda existia aquela corrente de que António Vieira é o grande representante, a corrente do sebastianismo heterodoxo, que esperava a destruição do poderio Turco e a instauração de um império cristão e universal por um outro rei restaurador sucessor no trono de D. Sebastião.

De notar que a data de 1666 era aceite por todas estas correntes como o momento da consumação das suas esperanças. As especulações à volta deste ano fundavam-se na interpretação de uma passagem do capítulo XIII do *Apocalipse* de São João: depois de ter anunciado a vinda da Besta e revelado o poderio que ela exercerá sobre o mundo, o evangelista anuncia que todos serão submetidos ao seu império. Eles deverão trazer a marca da Besta que será o seu nome. O escritor sagrado acrescenta

³⁷ ANTÓNIO VIEIRA, *História do Futuro*, op. cit., p. 252.

³⁸ ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, op. cit., Vol. II, p. 211.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

ainda que aquele que tiver inteligência poderá calcular o número da Besta, o qual é 666. O autor do *Apocalipse* apresenta a revelação do chifre da besta, seguida do anúncio da queda da Babilónia (Ap 14, 8) e do julgamento escatológico (Ap 14, 7). O número 666 foi descodificado como sendo uma data histórica, onde aconteceria uma extraordinária reviravolta no mundo.

O nome do monstro apocalíptico era 666 e não 1666, mas esta pequena diferença não é vista como relevante para os intérpretes do tempo. O ano 666 já tinha há muito passado e nada tinha acontecido para mudar o curso da história. Sabia-se igualmente que este ano não se poderia referir a outro milénio porque as teorias comumente admitidas, no tempo de Vieira, acerca da duração da Criação, atribuem ao mundo a duração máxima de seis mil anos. Quatro mil precederam o nascimento de Cristo. Em 1666, o universo estava fatalmente no seu último milénio³⁹.

Segundo esta lógica, o ano crucial não poderia deixar de ser o ano referido. Os expectantes não se contentaram em afirmar que São João quis anunciar um acontecimento capital da história da criação, indicado no número da Besta.

O Padre António Vieira interpreta a passagem do Apocalipse e considera-a inspirada em pormenores surpreendentes. Cada número está carregado de um valor simbólico, no qual o criador dissimulou uma verdade sobre a história. O número 666 é interpretado como uma maneira secreta de escrever o nome do fundador do Islão. Chega a esta conclusão escrevendo o nome de Maomé em latim e no genitivo e recorrendo ao valor numérico das letras do alfabeto grego:

$$\begin{array}{cccccccc} M & A & O & M & E & T & I & S \\ 40 & 1 & 70 & 40 & 5 & 300 & 10 & 200 = 666 \end{array}$$

Fazendo a soma, o resultado corresponde aos caracteres timbrados na testa da Besta. A conclusão brilhante a que chega é logicamente a de que São João quis designar, com este número misterioso, Maomé e os seus descendentes. Vê aqui também contida a profecia da destruição próxima do poderio otomano. Este número traduz ainda uma conta perfeita, *um conto cheio*. Ele possui uma particularidade que lhe assegura um lugar único na numeração. Escrito em caracteres romanos é: MDCLXVI.

Com efeito, conclui-se que este número é o único que se pode escrever utilizando todas as letras da numeração romana ordenadas na ordem normal descendente. Esta perfeição não podia ser mais do que o símbolo de uma totalidade, de um desfecho: «Porque todos os números do abecedário latino se enchem completamente na conta deste ano, sem se acrescentar, nem diminuir, nem trocar ou alterar a ordem deles: porque M vale mil, o D quinhentos, o C cento, o L cinquenta, o X dez, o V cinco e o I um; e todos juntos pela mesma ordem vêm fazer 1666: MDCLXVI.» Recorde-se que Bandarra também usou este número para anunciar a realização e teve em conta esta significação:

**«O Rei novo é escolhido
E elegido...
E nestes seis**

³⁹ Cf. RAYMOND CANTEL, *Prophétisme et Messianisme dans l'Oeuvre de Antonio Vieira*, Paris, Ed. Hispano-Americanas, 1963, p. 112 e ss.

**Vereis coisas de espantar?!
[...]
E depois de eles entrarem
Tudo será já sabido,
Aqueles que aos seis chegarem,
Terão quanto desejarem
E um só Deus será conhecido.»⁴⁰**

Para fomentar ainda mais a expectativa, registou-se uma série de acontecimentos anormais no ano precedente ao de 1666. Cometas, meteoritos juntamente com tempestades e inundações terríveis assolaram a Europa, com consequências graves para a agricultura. O resultado era o habitual quando aconteciam anos maus: fomes e doenças epidémicas entre as populações. Vieira vê nestes acontecimentos trágicos o prenúncio das felicidades grandes que deveriam ser precedidas de muitos sofrimentos: «[...] todo o meu temor é que, antes das esperadas felicidades, dê Deus alguma grande satisfação à sua justiça.» Os sinais são diversos e multiplicam-se por todos os lados, uns fruto de fenómenos cósmicos e naturais, outros resultantes da ênfase da criatividade popular. Sob a alçada da Inquisição, António Vieira estava mais confiante do que nunca: «Tudo são sinais e prodígios que solenizam as vésperas do ano fatal, por cujas maravilhas nenhum há já tão incrédulo que não espere.»⁴¹

Mas o ano 1666 passou sem trazer outra coisa ao mundo que não fosse a habitual procissão de alegrias e sofrimentos. Para António Vieira este ano foi, sem dúvida, um dos mais sombrios da sua vida. Apesar desta decepção e da defesa acérrima contra os juizes da Inquisição, a grande esperança não deixou de o sustentar. Vieira admitiu a existência de um erro de contagem e foi, até à sua morte, reprojectando para outras datas a chegada da plenitude dos tempos⁴².

Apesar de ter deixado inconclusa a *História do Futuro*, decide entregar-se na sua velhice ao desenvolvimento daquela que viria a considerar a sua *magnum opus* (obra magna): a *Clavis Prophetarum: De Regno Christi in Terris Consumato* (Chave dos Profetas: Sobre o Reino de Cristo Consumado na Terra). Apesar de já ter congeminado este projecto muitos anos antes e de o ter começado a elaborar desde final da década de 60, de facto acabará a sua vida a tentar concluir esta obra, onde revê a sua ideia de Quinto Império, de matriz mais nacionalizante, patente na *História do Futuro*, para dar à sua utopia, desiludido que estava com a sua pátria, um carácter mais universalista e eclesiológico. O Quinto Império será, nesta sua última obra profética, a realização do sonho de universalização do cristianismo sob a égide da Igreja e o estabelecimento de uma era ecuménica de paz e de fraternidade entre os homens. Com esta revisão de perspectiva, queria também precaver a sua obra profética contra os esperados olhares censórios dos inquisidores e libertá-la o mais possível dos desvios heréticos⁴³.

Não obstante, radicado na Baía, ia reagindo às notícias que lhe chegavam da corte

⁴⁰ BANDARRA, *Profecias de Bandarra, Sapateiro de Tancoso*, Apresent. António Carlos Carvalho, Lisboa, s.d., 71 e 82.

⁴¹ ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, op. cit., Vol. II, p. 159, e cf. pp. 160-161, 210, 231, 232, 236, 252-254.

⁴² Cf. RAYMOND CANTEL, op. cit.

⁴³ JOSÉ VAN DEN BESSELAAR, *António Vieira: O Homem, a Obra, as Ideias*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.



e manifestando a esperança de um futuro auspicioso para Portugal. Acreditava que algo de extraordinário sempre poderia advir de uma realização política, de um casamento ou do nascimento de um herdeiro para o rei. Usava ainda, de vez em quando, o ofício de pregador de fama consolidada para fazer elogios aniversariais ou para consolar a família real na ocasião de mortes inesperadas⁴⁴.

Fase eclesiológica da utopia

A *Chave dos Profetas* é a mais importante obra profética e utópica do Padre António Vieira. Com o título mais extenso *Clavis Prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam Regni Christi in Terris Consumati intelligentium assequendam*, esta obra foi concebida pelo autor na década de 60 do século XVII e começada a escrever na sequência do cumprimento da sentença da sua reclusão, ditada pelo Tribunal do Santo Ofício nas casas da Companhia de Jesus no final daquela mesma década. Todavia, depois de muitas vicissitudes, a redacção final apenas foi concluída à beira do epílogo da sua vida, na Quinta do Tanque da Baía⁴⁵.

Este livro coroa o conjunto da obra profética de Vieira. A literatura utópica vieiriana, que foi, na verdade, sonhada genesiacamente desde os primeiros tempos do empenhamento missionário e político do autor ao serviço da Igreja e da nação portuguesa, sofreu várias metamorfoses. A *Clavis* é, sem dúvida, o *opus magnum* de Vieira e a obra da sua maturidade. É a obra da decantação das desilusões e da depuração das marcas nacionalizantes que vincavam os textos deste género que a antecederam, em particular as *Esperanças de Portugal*, *Quinto Império do Mundo*, e a *História do Futuro*.

Na *Chave dos Profetas*, a utopia quinto-imperialista espraia-se como todo o seu sentido e abrangência universalista, embora não totalmente depurada dos contornos político-nacionalizantes de marca lusitanista que davam a Portugal o lugar de liderança na temporal implantação da idade milenar de plenificação do tempo⁴⁶. Não deixa de lado Portugal, apesar dos desenganos experimentados por Vieira em relação ao Reino de Portugal e às suas instituições políticas e religiosas, mormente devido à atitude da corte afonsina e petrina e da Inquisição, que o desconsideraram e o perseguiram a partir da década de 60. Vieira lamentou este desprezo depois de duas décadas de empenhamento pela afirmação da independência e pela recuperação do lugar de liderança de Portugal na cartografia política das nações europeias, quer pela palavra e pela escrita, quer pela acção diplomática. Por seu lado, a experiência missionária, que encheu em pleno as últimas décadas da sua vida no Brasil, desligou-o das questões políticas do Reino e recentrou-o mais nas preocupações evangélicas e eclesiológicas. De algum modo, na *Clavis* Vieira como que se espiritualiza e atenua

⁴⁴ Ver JOSÉ EDUARDO FRANCO (Coord.), *Padre António Vieira: Imperador da Língua Portuguesa*, Lisboa, Correiho da Manhã, 2008.

⁴⁵ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *Clavis Prophetarum Clavis Prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam Regni Christi in Terris Consumati intelligentium assequendam*, Opus postum, ac desideratissimum a Collegio Bahiensi, 1699. Ms. do IANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, n.º 22.

⁴⁶ Cf. PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *Clavis Prophetarum. A Chave dos Profetas*, Livro III, Tradução e edição crítica de Arnaldo Espírito Santo, Lisboa, BN, 2000.



os afectos nacionais e temporais para dar extensão mundial ao seu projecto missionário desenvolvido nos sertões brasileiros⁴⁷.

Vieira desenha agora uma utopia de pendor eclesiológico, de uma Igreja que abarca a humanidade num abraço de amor e ao mesmo tempo se deixa abraçar por esta em atitude de acolhimento e de amorização: é a cidade de Deus agostiniana concretizada na Igreja e a transbordar no mundo. Escreve Vieira: «Com efeito, pode a Igreja ser iluminada sem que o mundo participe da mesma luz. Mas, ao mesmo tempo em que finalmente se der a plenitude desta luz, então de tal modo a magnitude da Igreja será igual à do próprio mundo que haverá reciprocidade do mundo com a Igreja e da Igreja com o mundo»⁴⁸. Devendo também alguns traços à inspiração joaquimita, mais na forma e no sentido da expectativa do que no conteúdo teológico fundamental, Vieira concebe não uma idade paraclética, mas uma idade cristológica de consumação na História.

Apesar de ter permanecido manuscrita, a *Clavis Prophetarum* obteve parecer positivo da dupla avaliação inquisitorial a que foi sujeita, pela censura da Inquisição Roma e da Inquisição Portuguesa, tanto mais que esta obra encerra uma preocupação da confirmação da esperança de glorificação plena da Igreja, que seja, de facto, triunfante *hic et nunc* numa realização teândrica enquanto encarnação visível e plena do corpo místico de Cristo.

Do manuscrito original, que se pensa não ter chegado até nós, foram feitas várias cópias, das quais hoje se conhecem a existência de 14, dispersas por Bibliotecas europeias e americanas. Esta obra, que foi relegada para a subterraneidade do olvido, à semelhança dos outros escritos proféticos de Vieira, tem merecido ultimamente a atenção de filólogos, de especialistas das ciências literárias e historiadores, nomeadamente em Portugal, no Brasil e em Itália, tendo sido recentemente publicado de forma global⁴⁹.

A *Chave dos Profetas*, produto excelente de um pensador português da tardo-escolástica, é uma obra teleológica que trata da destinação última da história do homem, do mundo e da sua consumação. O autor socorre-se de um conjunto impressionante de autoridades e de obras antigas, medievais e modernas para retirar elementos, provas, profecias, ilações, confirmações ou para debater e refutar argumentos e teses, a fim de tudo acomodar à configuração de uma utopia eclesiológica de fundamento cristológico. Está bem patente nesta configuração utópica católica a inspiração modeladora da espiritualidade inaciana e da sua obra fundamental, os *Exercícios Espirituais*, que têm como uma das componentes basilares a meditação em torno do Reino de Cristo e da sua consumação na sociedade dos homens. Não há dúvida, a chave de todas as chaves que abre a porta da história para a plenitude é Cristo.

Esta obra está organizada em três livros. O Primeiro trata da natureza do futuro do Reino de Cristo concretizado na Terra, que estaria prefigurado, desde os tempos primigénios, na Criação do Mundo relatada no Génesis, nos Patriarcas bíblicos,

⁴⁷ Ver SILVANO PELOSO, *António Vieira e l'impero universale e i documenti inquisitoriali*, Viterbo, Sette Città, 2005.

⁴⁸ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, «A Chave dos Profetas», in *Obra Completa*, Dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate, Tomo III, Vols. V e VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

⁴⁹ Cf. MARGARIDA VIEIRA MENDES, «Chave dos Profetas: a edição em curso», in MARGARIDA VIEIRA MENDES et alii, *Vieira escritor*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 31-39.

JOSÉ EDUARDO FRANCO

passando pelos profetas canónicos, deutro-canónicos e para-bíblicos. Este reino concebido e como que gerado pneumatologicamente ao longo da história veterotestamentária dá à luz e começa a ser efectivamente materializado com a Nova Aliança celebrada no acto redentor de Cristo.

A realização plena deste reino é abordada no Livro Segundo da *Clavis*: a plenificação da história humana e as suas características, nomeadamente a paz messiânica sonhada pelos grandes profetas. E o Livro Terceiro trata da operacionalização do processo de consumação do Reinado de Cristo no mundo, que será levado a cabo através de uma efectiva e eficaz pregação universal e total, assistida por Cristo em espírito e por uma especial graça sua (que agirá espiritualmente entre os homens antes da sua última vinda não para redimir, como na primeira, nem para julgar como na última, mas para reformar). Esta pregação assistida divinamente completará com esplendor o trabalho evangelizador dos missionários cristãos; globalizará o cristianismo, operará a *nova criação* paulina e inaugurará então a plenitude dos tempos sobre a Terra e uma idade intermédia que antecederá a Parusia.

A concretização desta idade em forma de império é justificada pela razão da necessidade: «É necessário, e de uma necessidade absoluta, que todos os homens em geral venham a conhecer a Deus e a crer em Cristo, no tempo do Novo Testamento e da Lei da Graça [...]; não, porém, em todo o tempo e estado da Igreja, como o que no presente vivemos, mas num outro mais feliz e mais perfeito, que um dia, sem dúvida, há-de vir»⁵⁰. Este império sustentado espiritualmente pela fé em Cristo será ordenado materialmente por uma forma temporal que terá como cabeça o Papa, um *alter Christus*, na qualidade de vigário de Cristo na Terra. A temporalidade deste império não visa, porém, o domínio e a subjugação ao modo das relações jurídicas de vassalagem típicas das formais imperiais passadas, mas destina-se tão-só a promover e a garantir a «piedade e zelo da glória de Deus». A esfera temporal deste império é subsidiária da espera espiritual e encontra-se ao serviço desta a título meramente instrumental, de forma a dar eficácia ao processo de consumação universal e conferir permanência no tempo. Esta utopia cristã vieiriana comporta uma precursora perspectiva ecuménica e inculturacionista no seu desejo de incluir todos os povos, culturas e até as suas tradições religiosas, nomeadamente os Judeus, os ameríndios e os negros. António Vieira aceita a possibilidade, em nome da inclusão de todos sem resistência, de serem continuadas práticas rituais de pendor religioso de outros sistemas de crença, particularmente as judaicas, desde que transfiguradas e redireccionadas pelo sentido central da fé em Cristo.

O pensamento teleológico de Vieira - que assenta na interpretação quinto-imperialista, como vimos, da profecia do sonho Daniel (cap. 2) e da profecia milenarista do Apocalipse (cap. 20), que são potenciadas de modo a terem uma realização concreta na terra, na linha do profetismo quiliástico - configurou uma utopia bem moderna pela sua universalidade e bem generosa pelo seu *desideratum* de inclusão e não de exclusão.

O significado providencial dado à gesta dos Descobrimentos e da missão planetária, que abriu a possibilidade da realização efectiva do mandato profético-evangélico do baptismo global da humanidade, encontra nesta utopia a esperança

⁵⁰ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *Clavis Prophetarum, op. cit.*, Livro III, p. 583.



operacionalizada da sua materialização na potenciação da plenitude da Igreja como Corpo de Cristo envolvendo o mundo em graça santificante. Ao mesmo tempo, esta utopia e o seu desejo de fraternidade e pacificação universal têm na base a percepção dramática dos conflitos fracturantes que dividiam a velha cristandade europeias e corriam o risco de se universalizar gravemente, como o problema das guerras de religião e da exploração do homem pelo homem com o comércio próspero do escravagismo que o autor conhecia bem⁵¹.

Conclusões

O horizonte onírico desta utopia reflecte este fito de reconciliação universal e a esperança do convívio são e pacífico dos homens entre si. Como bem compreendeu o estudioso Raymond Cantel, a utopia mundialista de Vieira transportava preocupações que ocuparam amplamente os homens do século XX, especialmente a resolução dos conflitos mundiais, e foi precursora e arquitecta da necessidade de implantar uma ordem mundial que contemporaneamente tem sido materializada no projecto das Nações Unidas⁵². A solução de Vieira para os problemas do mundo não passava, porém, tanto pela criação de mais uma instituição, mas sim pela instituição do amor de Cristo, do poder salvífico de Cristo, que deveria transfigurar todas as instituições, o *modus vivendi* e as mundividências dos homens, potenciando-os para um sentido e uma plenitude maior, sem modificar as suas formas exteriores. Devido a esta profunda visão de um progresso ascendente da história em direcção à cosmização do cristianismo e da transfiguração dos tempos em Cristo pelo influxo da graça crística, chamou Margarida Vieira Mendes ao Padre António Vieira um Teilhard Chardin *avant la lettre*.⁵³

Devido ao poder da sua palavra enquanto criador de utopia, de transformação do real, de que a sua vida, na tela vária das suas contradições, procurou ser de algum modo uma tentativa de concretização, Vieira ficou imortalizado na memória histórica aquele que, no dizer lapidar de Aníbal Pinto de Castro, «**converteu-se num verdadeiro símbolo do seu tempo**»⁵⁴. O tempo era do barroco e da sociedade dos contrastes, aliás, como sempre são em maior ou menor grau as sociedades dos homens. Vale a pena recordar o quadro social feito pelo biógrafo citado de Vieira na sua obra, publicada pelos Correios, intitulada *António Vieira: Uma síntese do barroco luso-brasileiro: «Vivia a sociedade portuguesa dessa mesma época num permanente conflito entre a autoridade e a liberdade, a contenção e a exuberância, o pecado e a graça; conflito de indivíduos, de classes, de consciências, de interesses e de credos»*.⁵⁵

Vieira procurou responder às contradições do seu tempo com a palavra utópica

⁵¹ Sobre esta problemática ver o estudo de FERNANDO CRISTÓVÃO, «O Padre António Vieira e a Escravidão dos Negros», in FERNANDO CRISTÓVÃO, *Cruzeiro do Sul, A Norte: Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, pp. 317-331.

⁵² RAYMOND CANTEL, *Prophétisme et Messianisme dans l'Oeuvre de Antonio Vieira*, Paris, Ed. Hispano-Americanas, 1963.

⁵³ Ver o estudo de referência da estudiosa de Vieira: MARGARIDA VIEIRA MENDES, *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 2003.

⁵⁴ ANÍBAL PINTO DE CASTRO, *António Vieira, uma síntese do barroco luso-brasileiro*, Lisboa, Correios, 1997, p. 201.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 201-202.



JOSÉ EDUARDO FRANCO

que, de algum modo, semeia, não só nos escritos proféticos, mas também em muitos dos seus sermões, cartas e projectos práticos de reforma do país. Quis, com a sua vida, forçar a chegada do Quinto Império, que até ao fim acreditou ser possível realizar na terra. Mas, apesar de ser padre, o autor da *História do Futuro* não cede às tentações do clericalismo. O Quinto Império faz pensar, *ante litteram*, numa federação, numa sociedade das nações, na qual cada um sabe renunciar a uma parcela de soberania nacional, em favor do bem geral. Um dos seus mais luminosos estudiosos franceses, Raymond Cantel, interpretou, nos anos sessenta do século XX, como ninguém até então o pensamento utópico de Vieira: Pensando à escala mundial, Vieira sentiu o cansaço dos homens perante a guerra. Foi um daqueles que, no seu tempo, teve a capacidade de sentir a necessidade imperiosa dos povos se unirem, de tenderem para objectivos comuns de forma a construir a harmonia universal. Idealizou um projecto para que os homens obtivessem mais felicidade na terra, mas não pensou que a pudessem alcançar dispensando-se do céu.⁵⁶

A problemática da instituição sólida e eficaz de uma autoridade mundial pacificadora e produtora de consensos não tem sido uma das grandes labutas dos homens do nosso tempo actual? A exigência e procura dessa autoridade universal para oferecer e regular as soluções de paz e de reconciliação entre os homens e estabelecer os caminhos da solidariedade tem sido uma das labutas políticas dos séculos XX e XXI, as quais foram, de algum modo, corporizadas, apesar das inúmeras contradições da burocracia dos interesses, na Organização das Nações Unidas (ONU). E não será esta uma das grandes exigências, ainda muito situada actualmente no domínio da utopia, do século XXI e do milénio que começamos a viver?⁵⁷

O estudioso francês citado, Raymond Cantel, considerou de facto a ideia de Quinto Império, especialmente na linha traçada por Vieira, como a prefiguração, o sonho *avant la lettre*, deste projecto que, hoje em dia, não é só pertença de um ou dois sonhadores, mas é uma exigência que reúne muitos consensos em termos internacionais. Esse Quinto Império, *nome simbólico de todas as aspirações de unidade, de paz e comunhão entre os homens*, só poderá ser fundado por um novo tipo de homem que supere efectivamente o *homo mechanicus*. Este homem criado pela era industrial, corre o risco de se tornar hegemónico na era da informática que emerge triunfante contra todas as resistências, e que o Padre Manuel Antunes, um dos grandes pensadores humanistas do século XX português, bem caracteriza: «**O *homo mechanicus* é um *homo dynossauricus*. Multiforme e disforme quase como os seres de certa espécie animal aparecida e desaparecida durante a era secundária. Gigantesco e liliputiano, maciço e alongado, duro e dúctil, compacto e plástico, entre réptil e ave, ora armado de dentes e de grifos, ora de bicos e picos, o *homo mechanicus* provoca a expansão da mudança mas sem lograr ajustar-se-lhe; produz novos objectos, sempre novos objectos, mas sem, por vezes, saber bem para quê; cria novas aspirações, novos desejos, novas necessidades para, finalmente, os não satisfazer, pelo menos em larguíssimas camadas da população; procura a segurança nos seus órgãos de ataque e de defesa para, no cabo de contas, ficar exposto à extinção da espécie e**

⁵⁶ Cf. RAYMOND CANTEL, «Veira e a filosofia política do Quinto Império», in *Tempo Presente*, n.ºs 17-18, 1960, pp. 22-27.

⁵⁷ Cf. *ibidem*.



da própria vida; vai multiplicando prodigiosamente os meios, mas está longe de os proporcionar aos fins, construindo, ao mesmo tempo, os explosivos desses mesmos meios; preocupa-se com o ritmo, cada vez mais rápido, da evolução, mas não cura bastante de saber em que sentido».⁵⁸

Um homem deste tipo nunca poderá realizar a proposta de transformação da humanidade que o Quinto Império simboliza, isto é, a urgência da efectiva humanização do mundo. Só um novo tipo de homem que, nos anos 70 do século XX, Manuel Antunes, cujas ideias avançadas fazem deste jesuíta um Vieira dos nossos dias, designava como o *homo misericor* - o homem movido pela centralidade do coração, «**do coração tido como o símbolo e o órgão central da afectividade**».⁵⁹ Pois é, segundo este autor, pela misericórdia (do latim *mise-ricordia*, isto é, movimento do coração - «constelação formada pela ternura, a bondade, a paciência, a longanimidade, a indulgência»), que a face desumana da terra pode mudar.

O Quinto Império não é mais, no dizer de outro grande estudioso de Vieira, António Lopes, o sonho de «amorização do mundo»⁶⁰.

De facto, o avançado pensamento utópico de Vieira poderia ser, no dizer certo de Aníbal Pinto de Castro, uma espécie de «**manual de cidadania do futuro**»⁶¹ de grande validade para os seus contemporâneos e ainda para nós, homens do século XXI.

Numa Europa que procura hoje recuperar, através do seu inédito projecto político de união dos povos e das culturas, o antigo sonho de ser farol da humanidade em termos de berço dos direitos humanos, da democracia e da construção de relações de concórdia entre os homens, a utopia de Vieira não deixa de figurar entre o seu património imaterial mais inspirador e fecundador para este processo que transporta no seu âmago muito de utópico.⁶²

⁵⁸ PADRE MANUEL ANTUNES, *Paideia: Educação e Sociedade*, Tomo II: Obra Completa do Padre Manuel Antunes, Coordenação Científica de José Eduardo Franco, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 87.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ Cf. ANTÓNIO LOPES, *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua Utopia*, Cascais, Principia, 1999, p. 183 e ss.

⁶¹ ANÍBAL PINTO DE CASTRO, *Op. cit.*, p. 226.

⁶² Este artigo recupera, revê e reperspetiva pesquisa e reflexão escritos noutros trabalhos já publicados pelo autor, nomeadamente em: *Padre António Vieira: Imperador da Língua Portuguesa*, Correio da Manhã, 2008; «Projeto de Cidadania do Futuro: O Quinto Império como Possibilidade de um Mundo Novo Segundo Vieira», in *Vieira: Vida e Palavra*, São Paulo, Loyola, 2008, pp. 127-155.



